

## A RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES E CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO

### THE RELATIONSHIP BETWEEN TEACHERS AND CHILDREN IN EARLY CHILD EDUCATION DURING THE ADAPTATION PROCESS

Irismar Tomaz Ferreira<sup>1</sup>  
Antonia Eugenia de Oliveira<sup>2</sup>

#### RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica traz algumas considerações sobre a relação entre professoras e crianças no processo de adaptação à escola nesse novo ambiente virtual, enfrentando novos desafios impostos pela COVID-19. Como objetivo geral, dedicamo-nos a compreender como a relação entre professoras e crianças implica no processo de adaptação e formação educativa em creches e pré-escolas. E como objetivos específicos, propusemo-nos a: a) conhecer o processo histórico da educação infantil no contexto europeu e brasileiro para compreender melhor o presente momento; b) refletir sobre a relação entre professoras e crianças para o processo de adaptação no âmbito da creche e pré-escola; c) compreender como tem sido o processo de adaptação das crianças com a educação virtual durante a pandemia do COVID-19. Justifica-se a busca do conhecimento pelo assunto para entender qual a importância da relação entre professoras e crianças e como esse processo de adaptação vem se desenvolvendo dentro do contexto da educação infantil, já que é a base do desenvolvimento da criança fora do âmbito familiar. Como Metodologia, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para fundamentar este trabalho, bem como para a análise dos dados, através do próprio material consultado como livros, artigos científicos, documentos legais, entre outros, que permitiram desenvolver esse estudo. As contribuições dessa pesquisa é a de que, é preciso compreender e refletir sobre esta temática por ser um assunto que trata da responsabilidade atribuída às professoras quanto ao processo de adaptação e acolhimento das crianças nas salas de referência para a construção de práticas educativas que tenham sentidos e significados para as crianças.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Adaptação. Acolhimento.

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri, Brasil (2021)  
Ajudante de produção do Grendene, Brasil.

<sup>2</sup> graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2013). Tem experiência na área de Biblioteconomia. É especialista em Gestão de Recursos Humanos (2014) pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN. Graduada em Pedagogia (2015) pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e institucional e TGD pela FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante. Atualmente atua como pedagoga e pesquisadora no campo da Educação. Graduanda em Letras Português/Espanhol pela FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante.

## ABSTRACT

This bibliographical research brings some considerations about the relationship between teachers and children in the process of adaptation to school in this new virtual environment, facing new challenges imposed by COVID-19. As a general objective, we are dedicated to understanding how the relationship between teachers and children implies the process of adaptation and educational training in day care centers and preschools. And as specific objectives, we proposed to: a) know the historical process of early childhood education in the European and Brazilian context in order to better understand the present moment; b) reflect on the relationship between teachers and children for the adaptation process within the day care center and preschool; c) understand how the adaptation process of children to virtual education has been during the COVID-19 pandemic. The search for knowledge on the subject is justified in order to understand the importance of the relationship between teachers and children and how this adaptation process has been developing within the context of early childhood education, since it is the basis for child development outside the family environment. As a Methodology, bibliographic research was used to support this work, as well as for data analysis, through the material consulted, such as books, scientific articles, legal documents, among others, which allowed the development of this study. The contributions of this research are that it is necessary to understand and reflect on this theme, as it is a subject that deals with the responsibility attributed to teachers regarding the process of adapting and welcoming children in reference rooms for the construction of educational practices that have meanings and meanings for children.

**Keywords:** Child education. Adaptation. Reception.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma fase muito importante no desenvolvimento da criança, pois é neste período que ela constrói as bases de seu processo formativo. Neste espaço, adquire conhecimentos e valores que levará para a vida toda. Sendo assim, é neste momento que devem ser oferecidas situações e experiências que propiciem uma educação integral e de qualidade.

Para que este escopo seja garantido, o processo de adaptação da criança requer muita dedicação dos profissionais da área, que englobe não somente a aquisição dos conhecimentos técnicos, mas também referentes as dimensões: social, cultural, motora e, principalmente, afetiva, tendo em vista que as crianças constroem laços muito fortes com os docentes com os

quais convivem. Além disso, estes profissionais precisam estar em constante aperfeiçoamento, buscando inovar e adequar suas práticas às necessidades das crianças, viabilizando a efetivação de situações de aprendizagens.

É neste ambiente que a criança vai ter, em geral, seu primeiro contato com o mundo fora do contexto familiar e é preciso que ela se sinta bem acolhida, cabendo aos docentes proporcionar um ambiente acolhedor para que ela tenha confiança e transforme este espaço em seu segundo lar, já que passa maior parte do dia em creches e pré-escolas, especialmente quando em tempo integral.

Diante deste contexto é que tivemos as seguintes indagações: quais as implicações da relação professor e criança para o processo de adaptação das crianças nas creches e pré-escolas? Que dificuldades os professores enfrentam para a construção de um bom relacionamento com as crianças na educação infantil no período de adaptação?

Para tanto, tivemos como objetivo geral desse estudo compreender como a relação entre professoras e crianças implica no processo de adaptação e formação educativa em creches e pré-escolas. E como objetivos específicos, propusemo-nos a: a) conhecer o processo histórico da educação infantil no contexto europeu e brasileiro para compreender melhor o presente momento; b) refletir sobre a relação entre professoras e crianças para o processo de adaptação no âmbito da creche e pré-escola; c) compreender como tem sido o processo de adaptação das crianças com a educação virtual durante a pandemia do COVID-19.

Esse trabalho tem como justificativa a busca do conhecimento pelo assunto supracitado e entender qual a importância da relação entre professoras e crianças e como esse processo de adaptação vem se desenvolvendo dentro do contexto educacional já que é a base do desenvolvimento da criança fora do âmbito familiar.

## **2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA EUROPA E NO BRASIL**

A educação infantil tem sido tema de muitos trabalhos acadêmicos e de pesquisas, sendo discutida também por grandes pesquisadores, que procuram compreender a evolução desta etapa da Educação Básica e do processo pela qual perpassou ao longo da história, principalmente quando se trata das crianças, dando a devida importância a sua formação e construção social.

De acordo com Ariès (1986), a criança era ignorada na Idade Média, e vista como adulto em miniatura, devendo realizar atividades que cabiam aos adultos não havendo a valorização desse ser, e muito menos, o reconhecimento de que elas deveriam viver essa fase

da vida, de sua infância, sendo violadas desse direito. Trazendo para o contexto atual pode-se considerar como exploração infantil, mas naquela época era normal.

A concepção de infância não existia para os pais, porque as tinham como propriedades sendo a educação da criança feita através dos adultos e na convivência com os outros de forma rígida por meio da obediência. A preocupação com o seu bem-estar também não havia e às crianças não eram permitidas viver os momentos de diversão como correr, brincar resumindo seu aprendizado na ajuda prestada à família e aos adultos (ARIÈS, 1986).

Nos séculos XIV e XV, com Erasmo e Montaigne, a criança passa a ser percebida com novo olhar por causa do desenvolvimento na sociedade europeia, surgindo então o interesse na sua natureza iniciando o respeito a essa fase, não sendo mais vista como um adulto em miniatura, portanto, implicando numa aprendizagem que fosse pensada através da utilização de jogos, que fosse condizente com ela (OLIVEIRA, 2002).

Rousseau, no século XVIII, luta em defesa das crianças pelo preconceito e autoritarismo sofrido por elas, por considerar a violação da natureza infantil, sobretudo a maneira como os pais as educavam, deixando-as com preceptoras que as tratavam com rigidez. Por isso, Rousseau defendia uma educação que fosse mais livre, que acontecesse de forma natural na presença da família (OLIVEIRA, 2002).

A educação infantil tinha um caráter assistencialista na Europa ajudando as famílias na tarefa de cuidar das crianças enquanto as mães iam para o trabalho. Era o período que se iniciava a Revolução Industrial no qual as mulheres que trabalhavam nas indústrias precisavam deixar seus filhos pequenos aos cuidados de alguém. Este atendimento era feito por mulheres da comunidade, sem nenhuma instrução e nem preparo pedagógico para saber lidar com as crianças. Começou a surgir também a preocupação quanto ao tratamento que era dado a elas. E com a expansão do comércio europeu, foi necessário pensar em um atendimento educacional infantil que fosse de encontro a era moderna que contribuiria posteriormente para o desenvolvimento da sociedade (OLIVEIRA, 2002).

Na concepção de Froebel, século XX, a criança deveria ser livre, e com essa ideologia de liberdade foi se espalhando e passou a ser vista como ameaça ao poder político alemão, ocasionando o fechamento dos jardins de infância do país. Foi com ele a criação desses espaços educativos. Para Wajskop (1996, p. 85), “Fröebel foi o precursor de uma pedagogia ativa e lúdica para a criança pequena, concebendo os kindergärten alemães, cujo programa principal baseava-se na brincadeira livre, imaginativa e nos jogos orientados”. A aprendizagem por meio

das brincadeiras e dos jogos contribuem no processo de aprendizagem da criança porque desperta a imaginação e, brincando elas aprendem.

Por conseguinte, Decroly, mais um dos precursores do século XX, que apoiava a ideia de uma educação que permitisse a provocação do intelecto no qual a criança pudesse ser colocada diante de um objeto concreto e ali ela deveria expressar seu entendimento para que tivesse domínio sobre o conteúdo apresentado. As crianças aprenderiam espontaneamente com o meio, valorizando os seus interesses e suas necessidades, criando então, os centros de interesses, que são atividades em que as crianças iriam observar, associar e se expressar (OLIVEIRA, 2002).

Neste mesmo período Montessori também defendia uma educação que fosse adequada às possibilidades de cada criança, sendo estimuladas ao desenvolvimento. Para ela, caberia ao educador proporcionar um ambiente que acolhesse a criança, e para isso criou materiais destinados para desenvolver as funções psicológicas como memória, a atenção, percepção, dentre outras funções para que se sentissem à vontade no ambiente educacional. Ela impressionou os educadores norte-americanos mesmo recebendo críticas pelo fato de não dar ênfase às atividades para a formação social, como também a forma rígida em que as crianças faziam os exercícios com os materiais. Pensou então, em móveis pequenos, letras móveis, cortadas e o ábaco para ajudar nas operações matemáticas a fim de alfabetizá-las na pré-escola (OLIVEIRA, 2002).

Ainda no século XX, Wallon já apontava quanto à questão de a criança conseguir se diferenciar das demais, logo os psicanalistas perceberam que os comportamentos infantis precisariam ser interpretados e não somente observados e aceitos. As pesquisas de Piaget apontavam para teorias pedagógicas, ressaltando a importância da educação infantil. A preocupação com a concepção de infância ganhou mais intensificação com os estudos científicos, levando em consideração a situação de vida das crianças, partindo da realidade social diante dos problemas políticos e econômicos vivenciados pela época como sinônimo de valorização e respeito à natureza infantil (OLIVEIRA, 2002).

Destaca-se também Freinet, afirmando que a educação das crianças deveria ir além da sala de referência e que deveria ser dada oportunidade ao que ela vivencia em seu cotidiano e assim, poderia interagir mediante atividades coletivas, em que proporia a partilha nos trabalhos e na tomada de decisão, estimulando o desenvolvimento e formação pessoal, deixando-as livres para criarem e recriarem, tendo grande impacto nas ações didáticas em creches e pré-escolas de diversos países (OLIVEIRA, 2002).

Malaguzzi, autor contemporâneo, traz sua contribuição para a educação infantil quando pensou num espaço no qual a criança pudesse criar e recriar e desenvolver as suas potencialidades. A partir de um movimento liderado por mulheres com desejo de organizar uma escola para as crianças com a destruição deixada pela Segunda Guerra Mundial (1945), desperta o interesse desse pesquisador sobre a proposta dessas mulheres colaborando para aguçar o potencial das crianças, já que elas se comunicam desde o nascimento através de diferentes linguagens. Por isso, elas se expressariam por meio da pintura, da arte, de pesquisas, etc. em espaços lúdicos e educativos, aos quais foram chamados de ateliês (MARAFON, 2017). “A criança seria protagonista de seu próprio processo de conhecimento e para isso o espaço escolar seria organizado de modo que as crianças pudessem explorar diferentes linguagens”. (MARAFON, 2017, p. 7). Assim, também se pensa as creches e pré-escolas, em salas de atividades lúdicas e educativas.

Quanto aos primeiros jardins de infância brasileiros, foram criados em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, sob a responsabilidade de entidades privadas e, alguns anos depois nasceram os jardins de infância públicos dedicados às crianças de camada social elevada sendo inspirada na pedagogia de Froebel (OLIVEIRA, 2002).

Nesse momento, Rui Barbosa, que já considerava o jardim de infância como uma etapa muito importante para a educação, apresentou em 1882, um projeto que reformava o ensino no país, fazendo uma distinção do que seriam: i) as salas de asilo (na França era chamada de salas de asilo francesas com objetivo de cuidar das crianças, oferecendo proteção e desenvolvimento intelectual. As salas de asilo correspondiam, aqui no Brasil, às creches destinadas à classe operária; ii) os jardins de infância, escolas infantis que priorizavam os filhos de ricos, que chegou ao Brasil com bastante fervor, porém foi comparado às salas de asilo francesas, como também era considerado prejudicial por separar desde cedo a criança do seio familiar, com exceção para as mães trabalhadoras. Ao mesmo tempo, liderou um movimento em defesa da criança, defendendo um atendimento que favorecesse aos mais pobres (OLIVEIRA, 2002).

Já em 1889, observa-se um cenário de mudança ideológica que trazem modificações no que diz respeito às questões sociais da época. Depois foi criado o Instituto de Proteção e Assistência a Infância e em seguida a criação do Departamento da Criança em 1919, que surgiu mediante a preocupação com a saúde pública que culminou na assistência científica com a infância. Com isso, vem o surgimento de várias escolas infantis, e o nascimento dos jardins de infância, garantindo o atendimento aos filhos dos imigrantes europeus e consequentemente do Brasil (OLIVEIRA, 2002).

A contextualização do processo de educação infantil no Brasil se deu com muita luta em meados do século XIX, período em que aconteceu a abolição da escravidão no país e que favoreceu à proclamação da república enquanto forma de governo. Daí, acontecem, de fato, os primeiros passos para a educação infantil (OLIVEIRA, 2002).

Para Didonet (2001, p. 11) “[...] falar de educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida”, ou seja, é falar de uma criança que precisa de todo amor e carinho, de se sentir acolhida na sociedade a qual faz parte.

Nas palavras de Paschoal e Machado (2009, p. 81), em artigo publicado sobre os avanços e retrocessos na história da educação infantil:

A partir da segunda metade do século XIX, o quadro das instituições destinadas à primeira infância era formado basicamente da creche e do jardim de infância ao lado de outras modalidades educacionais, que foram absorvidas como modelos em diferentes países. No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico.

O caráter assistencialista para atender as crianças na Europa, era diferente do que preconizava aqui no Brasil. No país europeu ela era vista como parte da sociedade e que precisaria de cuidados voltados para a sua formação educativa e também social. Já, no Brasil, a assistência era voltada para as crianças pobres, filhos das mães da corte, como eram denominadas, filhos de viúvas desamparadas ou mães que trabalhavam em fábricas. Essas crianças carregavam o estigma de abandonadas e, por isso as instituições prestavam um atendimento preventivo (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

No entanto, a perspectiva assistencialista prossegue sendo oferecida às classes trabalhadoras. Somente em 1988, com a nova constituição brasileira, após o período de redemocratização do país, em decorrência dos movimentos sociais, as crianças têm seu direito à educação assegurado legalmente. Essa constituição (BRASIL, 1988) assegurou o direito de creches e pré-escolas às crianças brasileiras de zero a seis anos de idade, que consta no Art. 208, inciso IV, passando a oferta a ser obrigação do Estado, em complementação à educação familiar, deixando de lado seu caráter assistencialista (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), com atualização em 2020, promulga que a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica atestando que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL, 2020).

Mais tarde promulga-se o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, sob a Lei 8069/90 (BRASIL, 1990), que garante os direitos à saúde, educação, alimentação, lazer, dentre outros direitos das crianças e adolescentes expressos no Art. 4º, alcançando mais conquistas que visam contribuir para o desenvolvimento integral.

Posteriormente à criação da LDB, e baseado nela, tem-se o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RECNEI (BRASIL, 1998) que também traz as diretrizes para a educação infantil tendo como finalidade orientar o trabalho educativo em creches e pré-escolas ajudando os profissionais, técnicos e professores estaduais e municipais. É importante frisar os princípios que este documento apresenta para as crianças de 0 a 6 anos de idade (agora de 0 a 5 anos):

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;

O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;

A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Em 2009, o Conselho Nacional de Educação publica sua segunda resolução no tocante à educação infantil. A primeira, em 1999, foi uma produção de uma página apenas. Dez anos depois, publica a segunda com grande interferência da militância pela educação infantil: a resolução n.05 de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009).

Através da educação, é possível convivermos em comunhão na sociedade, e sobretudo entendermos que a educação tem vários caminhos para amenizar as desigualdades sociais. Daí, a preocupação em desenvolver políticas públicas para ampliar a atenção com a educação infantil, já que a Constituição promulga no Artigo 205 que a “educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988). Desta forma, fica claro que a educação não deve excluir ninguém independentemente de sua posição social, cultural ou física.

Porém para que haja legitimação da lei é essencial que sejam realizadas ações pedagógicas concretas, pois não se pode simplesmente colocar as crianças dentro das salas de experiências sem dar importância às suas potencialidades, sejam físicas, motoras ou psicológicas. Essas ações podem ser representadas através dos ambientes, dos materiais e mobiliários adequados para facilitar a aprendizagem e interação das crianças.

O educar não só na família, mas também nos espaços educativos, é sem dúvida um período de carinho, ternura, amor, e acima de tudo respeito, entre professora e bebês, crianças bem pequenas e pequenas, pois todos se unem para aprenderem mutuamente, pois há sempre uma troca de conhecimentos. E não menos importante, entender que a criança já traz consigo saberes e estes saberes precisam ser estimulados para que possa acontecer uma aprendizagem de forma prazerosa.

Sendo assim, a sociedade e também o Estado passam a ter responsabilidade com a educação infantil, por ser dela que emana a continuidade da formação cidadã mediante amparo da lei. “A sociedade e o Estado brasileiro não podem mais se omitir diante de um direito constitucional do cidadão de pouca idade” (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 73).

### **3 A RELAÇÃO PROFESSOR E CRIANÇA NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS**

A importância do acolhimento às crianças nos espaços educativos se torna essencial, pois elas precisam se sentirem protegidas durante o processo de adaptação, tendo confiança nos profissionais da instituição educativa. Dessa forma, buscamos embasamento em autores que falam sobre o assunto, uma vez que esse momento na educação infantil exige dedicação.

O processo de adaptação é importante para as crianças como também para os professores, pois juntos vão construindo um laço afetivo, porque, em geral, é o primeiro contato social que a criança vai experimentar fora do ambiente familiar, precisando de total atenção e cuidados para que elas não se sintam sozinhas.

É necessário que as docentes estejam bem preparadas para acolher essas crianças durante o período em que elas ingressam na creche e na pré-escola, garantindo o conforto de

todas. Essa adaptação também se estende aos familiares porque há uma separação entre ambos e por isso, é necessário de um diálogo e uma boa relação entre os envolvidos: pais, profissionais da instituição e crianças. E, ao longo do texto, nos referimos mais ao termo professoras, pelo de fato de, na educação infantil, prevalecer o exercício da profissão, pelo sexo feminino.

Sendo assim, é pertinente conceituar o termo adaptação para melhor esclarecimento, haja vista ter vários significados, como destaca Motta (2014), que explica que depende de sua empregabilidade, podendo o conceito variar na área da saúde, na área jurídica como também na educação, que neste caso, é o nosso foco. A autora citada acrescenta ainda que o termo acolhimento se originou na área da saúde no ano de 1990, a princípio pensado como transformação do trabalho que vinha sendo realizado, dando mais atenção aos seus usuários, melhorando as técnicas e aumentando a intervenção para o atendimento. Com isso, a concepção do termo foi sendo ampliada, chegando no âmbito educacional e ganhando um novo sentido quanto às práticas educativas (MOTTA, 2014).

Para Seabra (2010), adaptar significa acomodar, ajustar, o que se diferencia da conotação que se usa na educação infantil, pois esta significação traduz-se em submeter-se a determinada situação representando conformismo. Por esta razão, vários autores sugerem trocar este termo por “inserir” ou “acolher” situando o que realmente deve existir na educação infantil durante este processo.

Rapoport e Piccinini (2001, p. 85) esclarecem que:

Embora muitos autores reconheça a importância dos primeiros dias na creche e admitam a necessidade de se organizarem atividades especiais neste período inicial, designado como período de adaptação, não existe consenso quanto a definição do termo adaptação nem quanto a caracterização deste período.

Apesar de existir essa discordância quanto ao sentido da palavra acolhimento ou adaptação, não se pode negar que os profissionais precisam ter preparo e competência para saber lidar com a chegada das crianças nas instituições educativas, haja vista ser os primeiros dias os mais difíceis. Os profissionais também precisam desenvolver um bom relacionamento com todas as crianças, por isso a importância de uma formação contínua, de qualidade e um planejamento dinâmico e flexível, pois durante o processo de adaptação as crianças tendem a não se sentirem bem com o novo ambiente e, nesse momento, a intervenção, a compreensão e mudanças se fazem imprescindíveis.

De acordo com Rapoport e Piccinini (2001, p. 86), “[...] alguns estudos têm mostrado que tanto as mães como os educadores descrevem as primeiras semanas em cuidados alternativos como altamente estressantes especialmente para bebês e crianças pequenas”. Estes pesquisadores enfatizam que o ambiente até então desconhecido pelas crianças, como também pela família e responsáveis legais, em virtude da separação e da nova rotina, influenciam na esfera emocional de todos que decidem por estar presente durante a fase de adaptação deveria ser uma prática adotada com mais frequência nas instituições de educação infantil. Enfatizam ainda sobre os diversos fatores que interferem na adaptação de bebês e crianças em creches e pré-escolas como “[...] os sentimentos dos pais sobre o ingresso do filho na creche, a idade e temperamento da criança e a qualidade do atendimento na creche”. (RAPOPORT; PICCININI, 2001, p. 87).

O período inicial tanto para os pais quanto para as crianças junto aos educadores, é fundamental também para os pais que irão conhecer o ambiente em que entregarão seus filhos, e, só assim eles podem opinar caso haja discordância em algumas situações. É gratificante para os pais perceberem que seus filhos estão sendo bem cuidados e protegidos durante a permanência na instituição educativa, com isso eles se sentirão mais confiantes e seguros para deixá-los sob a responsabilidade das profissionais que se encontram à disposição para cuidar e educar.

Desse modo, o acolhimento por parte da instituição educativa (professores, gestores, porteiros, vigias, merendeiras, faxineiras, jardineiros) deve ser também voltado para os pais das crianças, pois é um momento difícil para eles e por isso é importante que haja um planejamento pedagógico que favoreça a recepção dos familiares. Todos precisam estar bem familiarizados para que esse período possa ser tranquilo e menos doloroso pautado numa relação mais harmoniosa e acolhedora.

O período de acolhimento (“adaptação”) demanda das professoras, professores, gestoras e gestores uma atenção especial com as famílias e/ ou responsáveis pelas crianças, possibilitando, até mesmo, a presença de um representante destas nas dependências da instituição. (BRASIL/PNQEI, 2006, p. 32).

O engajamento dos pais ou responsáveis no acompanhamento das crianças aos espaços educativos proporcionam segurança no momento em que é preciso se desvincular do convívio familiar, dando abertura para as professoras estabelecerem uma relação de amizade e afetividade no período em que estão juntos.

É essencial o compromisso e responsabilidade assumidos pelas professoras quando se trata do trabalho com o público infantil, já que vai exigir destas habilidades pedagógicas para que possam garantir os direitos de aprendizagens e desenvolvimento infantis. O trabalho não deve ser algo mecânico, feito só para cumprir horário, e sim pelo prazer e dedicação de ser um mestre que está à disposição para contribuir na formação destas crianças em parceria com os pais. Sendo assim, para acompanhar o desenvolvimento das crianças, as docentes precisam ter um olhar reflexivo no tocante às crianças, devendo respeitar suas particularidades.

A relação estabelecida entre a criança e o professor (a) dentro do espaço educativo implica na maneira de como a educadora irá realizar as atividades, principalmente no que se refere ao atendimento de crianças em creches e pré-escolas, tendo em vista o período de adaptação que é permeado de choro que pode ser na chegada à instituição, no momento da despedida dos pais, ou no retorno para buscá-los.

De acordo com Santos (2012), a insatisfação e o desconforto das crianças se expressam por diferentes manifestações como gritos, deitar-se no chão, bater nas pessoas, resistência a alimentação, febre, vômito, entre outras reações no qual indica para as professoras que durante o processo de adaptação das crianças, devem estar atentos (as) a todos os tipos de comportamentos que vierem surgir.

O trabalho pedagógico deve ser pensado e ajustado ao momento vivido pela criança e que requer atenção e cuidados para que a aproximação entre ambos aconteça de forma natural sem deixar nenhuma criança se sentir insegura nesse período e passem a ter confiança, entendendo sobretudo, sua responsabilidade para com elas.

Nesse contexto, percebe-se a responsabilidade que as professoras assumem principalmente na educação infantil, durante a fase de adaptação, que é onde as crianças vão vivenciar muitas aprendizagens, interagindo e brincando com outras crianças e com as profissionais envolvidas, ou seja, é uma relação permeada de valores, de sentidos e afetos.

Inclusive, os diferentes contextos vividos pelas crianças e suas famílias também devem ser levados em conta para que haja integração entre todos os envolvidos, como atesta as DCNEI (BRASIL, 2009, p. 17):

Quando a criança passa a frequentar a educação infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e os projetos educacionais das famílias e das instituições. Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de 0 a 5 anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto as crianças não se fragmentem.

Portanto, se compreende que os espaços de aprendizagem são ambientes formativos que devem ser articulados ao contexto das crianças, transformando o modo de pensar, falar e agir, sobretudo, entendendo que as atitudes influenciam na forma como as crianças irão se comportar quanto ao acolhimento e deste modo, todos acabam sendo responsáveis por construir uma relação baseada no diálogo junto aos familiares, já que eles também precisam ser acolhidos.

Para Oliveira (2018, p. 71), planejar as atividades, pensando nos familiares é importante e deve “[...] levar em conta a inclusão do conhecimento familiar no trabalho educativo, que pode se dar não só pelos conhecimentos culturais e regionais das famílias, como também pelo relacionamento emocional das famílias com suas crianças, as manifestações de afeto”. Nas palavras da autora citada, o trabalho de adaptação escolar deve ser concebido como parceria para atender e proporcionar o melhor para as crianças durante o processo de adaptação, como ao longo de todo o ano, considerando-se que tudo necessita ser direcionado para o acolhimento e benefício das crianças sendo, portanto, esses espaços um complemento do ambiente familiar.

Segundo Lorenzato (2008, p. 20), “[...] as atividades devem ser escolhidas considerando não somente o interesse das crianças, mas também suas necessidades e o estágio de desenvolvimento cognitivo em que se encontram”. Além disso, é importante que as atividades planejadas durante o período de adaptação proponham o envolvimento de todas, diminuindo a ausência dos pais.

E é no momento de acolhida que a professora atua como mediadora, trabalhando sempre a interação, não só na realização das atividades, mas com o objetivo de que as crianças construam uma relação de amizade, companheirismo e segurança com as professoras e também com as outras crianças para que ocorra da melhor forma possível a partir das situações que irão ser vivenciadas cotidianamente.

#### **4 EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO DE PANDEMIA**

É sabido que o mundo foi surpreendido com a chegada do Novo Coronavírus (COVID-19), causado pelo vírus SARS-CoV-2, que tem levado a morte milhares de pessoas, gerando comoção e tristeza em todos. Temos passado por momentos difíceis, em que as pessoas estão buscando se reinventar para sobreviver à situação pandêmica. Este vírus teve início na China em

2019, e se propagou para outros países, tornando sua contaminação a nível mundial (GONÇALVES; BRITO, 2020).

O isolamento social é uma das exigências que a Organização Mundial da Saúde - OMS, vem impondo à sociedade como forma de amenizar a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19), que é uma doença infecciosa e transmissível, necessitando da adoção de medidas de segurança para evitar mais risco de contaminação entre as pessoas. Mesmo com as orientações estabelecidas as infecções ainda permanecem, impedindo várias atividades ao seu funcionamento normalmente (GONÇALVES; BRITO, 2020).

A chegada do vírus tem sido muito desafiadora em todos os sentidos e setores da sociedade principalmente quando se trata da educação, em específico a educação infantil, no que se refere ao atendimento em creches e pré-escolas, pois as instituições infantis e a família precisaram encarar o isolamento social e se adaptarem às tecnologias digitais, tendo que aprender a utilizá-las como forma de comunicação mais rápida e viável para dar continuidade ao processo educacional infantil.

Nesse cenário caótico de dor e perda, as pessoas tiveram que buscar novas alternativas para seguir em frente, tanto os educadores, as crianças e as famílias tiveram que se reorganizar diante dos desafios constantes e a maneira de enfrentar o atual momento foi aprender a lidar com o “novo normal” (nomenclatura adotada para a nova maneira de viver diante do contexto de pandemia).

Por esta razão, a pandemia pegou a todos de surpresa e educadores e pais tiveram que fazer uso de diversas formas de comunicação, tais como, WhatsApp, e-mails, redes sociais, aparelho celular, etc., como meio mais viável de comunicação entre as famílias para o acompanhamento das crianças (ARAÚJO, 2020). Inclusive, as atividades devem ser organizadas de acordo com as Diretrizes para a Educação Infantil, contemplando sua função e objetivos descritos que são a integração, as brincadeiras, saúde, lazer, respeito, dignidades, dentre outros, além dos princípios éticos, políticos e estéticos.

Ferreira e Santos (2021), numa pesquisa feita no município de Queimadas - PB, com 21 profissionais da educação, constatou que quase 100 % (cem por cento) dos entrevistados não sabiam usar a tecnologia para a educação remota, mas entendiam o conceito do termo “remoto”. Ademais, muitos não tiveram acréscimo à remuneração salarial, enquanto outros tiveram seus rendimentos reduzidos. Buscar aperfeiçoamento e capacitação para melhorar as práticas educacionais ficou por conta dos próprios professores e apenas uma minoria respondeu que lhes

foram oferecidas capacitações pelas instituições escolares. É perceptível a dificuldade dos educadores, mas a perseverança tem predominado.

Mesmo com os impactos causados pela pandemia, impulsionando as docentes a fazerem uso dos aplicativos digitais e terem que aprender a curto prazo habilidades tecnológicas para dar continuidade ao trabalho que era feito nas escolas de forma presencial, surgiu também a oportunidade de se aperfeiçoarem quanto ao uso dessas ferramentas, pois muitas professoras não estavam aptas para tal tecnologia, tendo que se adequarem ao novo cenário educacional.

Os ambientes formativos remotos vêm exigindo um pouco mais desses professores, e como todos foram pegos de surpresa, tiveram que buscar por uma formação imediata, visto que nem todos sabiam manusear as ferramentas tecnológicas, o que dificultava o trabalho pedagógico. É um desafio que causa preocupação para muitos, além disso os educadores precisam manter o vínculo com as crianças e as famílias, então o ambiente virtual se tornou o meio mais acessível para encurtar esse distanciamento, mesmo com dificuldade e desconforto enfrentados pelos educadores já que muitos não estavam adaptados às tecnologias. Observa-se, contudo, que a adaptação não é só das crianças, mas também dos profissionais.

Ademais, a educação infantil passa por um momento desafiador, que exige parceria de todos os envolvidos, inclusive quando se trata de crianças que estão matriculadas em creches e pré-escolas, que torna fundamental o acompanhamento dos pais nas atividades das crianças, propondo um ambiente acolhedor, de interação e socialização. Neste caso, é preciso que os pais organizem seu tempo para se dedicarem aos filhos “dessa forma, instituição escolar e família têm tentado adaptar as crianças a essa nova forma de aprendizagem” (GONÇALVES; BRITTO, 2020, p. 44).

O processo de adaptação das crianças requer um novo formato em meio à pandemia e ao isolamento social, dificultando práticas educacionais que provocam às crianças a brincadeira e as interações, que são eixos das práticas pedagógicas da educação infantil, conforme determina o Art. 9º das DCNEI (BRASIL, 2009): “As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira [...]”.

O parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 19/2020 atualizado, divulga as diretrizes para todas as modalidades educacionais e para a educação infantil conforme Art. 16 traz que:

§ 2º Para as orientações aos pais ou responsáveis de crianças de Creche (0 a 3 anos), devem ser indicadas atividades de estímulo, leitura de textos pelos adultos, brincadeiras, jogos, músicas infantis, oferecendo-lhes algum tipo de orientação

concreta, como modelos de leitura em voz alta, em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas em atividades lúdicas.

§ 3º Para crianças de Pré-Escola (4 e 5 anos), as atividades não presenciais devem indicar atividades de estímulo, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e até algumas atividades em meios digitais quando for possível, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem que fortaleçam o vínculo e potencializem dimensões do desenvolvimento infantil que possam trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade. (BRASIL, 2020).

Essas diretrizes orientam os educadores a propor atividades que promovam o aprendizado, a interação e a ludicidade, já que o papel de mediador fica a cargo dos pais, mantendo o estímulo ao desenvolvimento da criança e seguindo, portanto, as competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Desse modo, as orientações são claras com relação à presença dos familiares para ajudar seus filhos durante este período, contribuindo assim, com a educação das crianças. E considerando o parágrafo 4º, que trata do acesso às atividades, o que se observa é que os meios utilizados para a devolutiva e acompanhamento do processo educacional tem ocorrido por meio de fotografias e vídeos, sendo uma das principais formas de comunicação entre pais e professores.

Entretanto, Santos (2020) considera as experiências remotas inapropriadas para o público infantil e apresenta como negativo devido aos diferentes contextos sociais, contudo, elas estão acontecendo, por ser uma alternativa necessária para o aprendizado das crianças, por isso as professoras precisam conduzir o trabalho pedagógico levando em conta as particularidades das famílias e das crianças.

Santos (2020) ressalta que a educação remota só intensificou as desigualdades sociais, implicando à escola bem como aos educadores a pensarem alternativas emergenciais diante do cenário em que nos encontramos. “[...] a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam” (SANTOS, 2020, p. 21).

Barreto, Lima e Rocha (2020) acentuam que a forma como as atividades são propostas para as crianças pequenas fere os seus direitos enquanto produtora de cultura e afirmam que, ao se basear em propostas conteudistas, se distanciam das orientações estabelecidas nos documentos oficiais, já que as crianças aprendem através de atividades lúdicas, isto é, aprendem brincando. Também discutem sobre as famílias em situação de vulnerabilidade que não poderão acompanhar seus filhos.

Para Cruz, Martins e Cruz (2021) apontam também para a questão da desigualdade social neste momento de pandemia quando se trata da saúde pondo em questão a situação de crianças negras e pobres que já vivem condições de extrema pobreza necessitando pensar políticas públicas para atendê-las sendo de caráter urgente o cumprimento com o educar e cuidar desses sujeitos.

## 5 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para construção do desenvolvimento da respectiva pesquisa se desdobra em livros, revistas, artigos científicos, se constituindo de uma pesquisa de cunho bibliográfico por meio dos quais estudamos os autores que fundamentam a importância da relação professor e criança no processo de adaptação (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 155) “[...] a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Neste caso, esta pesquisa proporcionou entender melhor acerca do assunto tratado.

Quanto a abordagem, é de natureza qualitativa, pois tem “[...] o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (GIL, 2006, p. 43), no desejo de entender as reflexões feitas pelos estudiosos sobre a importância da relação professor e criança no processo de adaptação.

Para a coleta e análise dos dados, foi utilizado o próprio material pesquisado, por ser uma pesquisa bibliográfica, sendo escolhidos autores como Ariès (1986), Zilma Oliveira (2002), Suélen Oliveira (2018), Paschoal e Machado (2009), Didonet (2001), Lorenzatto (2008), Nunes, Corsino, Didonet (2011), Cruz, Martins e Cruz (2021), Santos (2020), Barreto, Lima e Rocha (2020), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RECNEI (BRASIL, 1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 2020), dentre outros citados que abordam o tema descrito. Em seguida, apresentamos a análise dos dados, que se deu por meio do próprio material reunido para a produção textual sobre a temática adaptação para entender melhor a construção desse processo de adaptação em tempo de pandemia.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados utilizados para análise desta pesquisa foram feitos através dos materiais reunidos para a produção textual deste artigo, tomando por base as concepções teóricas os

---

pesquisadores sobre o tema proposto para reflexão, que se trata da relação professoras e crianças no processo de adaptação na educação infantil.

Propomos fazer uma breve retrospectiva histórica da educação de crianças na Europa e no Brasil, trazendo autores como Ariès (1986), Paschoal e Machado (2009), Oliveira (2002), entre outros que discorrem sobre este assunto, bem como a concepção de criança e infância tidos, e as mudanças ocorridas ao longo do tempo, passando este ser a ter seus direitos garantidos por lei e, de fato, poder ser criança e viver a sua infância.

Trouxemos também à reflexão, quanto ao processo de adaptação das crianças em creches e pré-escolas, e que tem sido pauta de diálogos e escritos sobre o tema que implicam na atenção e cuidados dos profissionais envolvidos, especialmente das professoras, que acompanham a maior parte do tempo, tanto bebês, crianças bem pequenas e pequenas.

Outra reflexão considerada pertinente, quanto ao momento de pandemia vivido e achamos oportuno fazer essa abordagem, citando Gonçalves e Britto (2020), Ferreira e Santos (2021), Santos (2020), bem como as resoluções legais no que diz respeito à educação remota para atender a essas crianças, sobretudo a presença dos pais para realização das atividades com seus filhos como forma de resposta às professoras ao cumprimento e acompanhamento às aprendizagens infantis.

Para Cruz, Martins e Cruz (2021), Santos (2020), Barreto, Lima e Rocha (2020), dentre outros mencionados, enfatizam que só acentuou as desigualdades sociais e que as atividades propostas ferem os direitos das crianças pequenas enquanto produtora de cultura evitando vivenciar momentos de aprendizagem por meio do lúdico, da interação social, na presença de um profissional. A parte do acolhimento, do aconchego, das brincadeiras, das descobertas junto às outras crianças, essas etapas passam despercebidas.

O intuito dessa pesquisa bibliográfica foi o de compreender através dos teóricos escolhidos e estudados, o processo de adaptação das crianças em creches e pré-escolas, e principalmente a relação com o professor, no entanto, em virtude da COVID-19, outros questionamentos e interpretações são feitos, tendo em vista precisarmos pensar em como está a adaptação e convívio dessas crianças em suas residências sob a supervisão de seus pais, até mesmo o próprio acolhimento em casa. Se já é difícil adaptar-se ao ambiente preparado para atendê-los, quiçá um ambiente em que, muitas vezes, não se tem a devida atenção e nem os devidos cuidados.

Desse modo, os dados analisados permitiram melhor entendimento sobre o tema e a responsabilidade atribuídas às professoras quanto ao processo de adaptação e acolhimento das

crianças nas salas de referência e de como é relevante a afetividade e carinho demonstrados pelos profissionais da educação infantil.

## 7 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste artigo foi o de compreender como a relação entre professoras e crianças implica no processo de adaptação e formação educativa da criança nas turmas de creches e pré-escolas. Para tanto, buscamos reunir informações sobre a temática abordada para subsidiar a construção dessa pesquisa.

Com base nas leituras realizadas podemos entender que o trabalho na educação infantil é de suma importância na vida das crianças, pois é o alicerce para sua formação futura, contribuindo essencialmente no seu desenvolvimento, deixando lembranças agradáveis como também desagradáveis, no período de iniciação em creches e pré-escolas.

Nesse sentido, cabe aos professores das instituições de educação infantil desenvolverem estratégias para uma boa acolhida das crianças, podendo transformar esse acolhimento num momento alegre, sem tanto sofrimento, amenizando as angústias e os medos que carregam consigo, afinal de contas, é um ambiente desconhecido e, é natural que as crianças se sintam assustadas por ser o primeiro contato social fora do convívio familiar.

A importância de um ambiente acolhedor durante o processo de adaptação se expressa através dos cuidados oferecidos com entusiasmo, carinho e de boa união que se estabelece com as crianças e as famílias. Esse acolhimento também necessita de uma formação continuada por parte dos profissionais para que possam desempenhar suas práticas educativas com maior segurança, especialmente no atual momento em que exigem habilidades e comportamentos para desenvolverem o aprendizado das crianças.

Sendo assim, as práticas educativas não podem ser vistas ou consideradas como vazias e sem sentido, visto que elas proporcionam às crianças, práticas que são capazes de despertar o saber e o desejo pelo conhecimento a partir das descobertas, da imaginação e da criatividade desde que sejam estimuladas.

A análise feita acerca da temática escolhida, oportuniza ao pesquisador perceber o quanto é importante entender o processo de adaptação e acolhimento das crianças, no cenário atual, abrindo à discussão para as questões legais, sociais e culturais, fazendo valer de fato, os seus direitos, levando em consideração também, a difícil tarefa de reunir família e instituição escolar diante dos desafios cotidianos a serviço da educação e, acima de tudo, do bem-estar das crianças.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Idhone Oliveira. **A importância da educação infantil em tempos de pandemia.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Instituto Federal Goiano – IF Goiano. Campus Avançado Ipameri. Ipameri – GO, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; LIMA, Marileide Moutinho Pamponet; ROCHA, Daniele Santos. Educação Infantil em tempos de COVID-19. 2020. **Revista Latino-Americana de Estudos Científico – RELAEC.** Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ipa>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 06 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** V. 1. Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05/2009, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **atualizada, ano 2020.** Dispõe sobre algumas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 06 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 19, de Dezembro de 2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.** Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. Especial, p. 147-174, jan./jan. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v. 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Edilma Mendes Rodrigues; BRITTO, Ana Luiza Floriano de Moura. Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia: reflexões acerca das novas formas de ensinar. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/3505>. Acesso em: 29 jul. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LORENZATO, Sergio. **Educação infantil e percepção matemática**. 2. ed. ver. e ampliada. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

MARAFON, Danielle. A abordagem de Reggio Emilia para aprendizagem na educação infantil. **EDUCERE**, Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26611\\_13639.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26611_13639.pdf). Acesso em: 24 jul. 2021.

MOTTA, Flávia Naethe. Notas sobre o acolhimento. **Educação em Revista**, v.30, n.04, p. 205-228, Outubro-Dezembro, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO/Ministério da Educação, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Suélen Cristiane Marcos de. **O processo de adaptação das crianças na educação infantil: os desafios das famílias e dos educadores da infância**. Tese (Doutorado). 260 p. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2018.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 08 jun. 2021.

---

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 14(1), p. 81-95. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SANTOS, Elisandra Pereira dos. Adaptação de crianças na educação infantil. **Revista e-Ped – FACOS/CNEC Osório**, v. 2, n. 10, ago. 2012. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SANTOS, Marcia Pires. Os desafios da educação infantil no contexto da pandemia Covid -19. Educação e Tecnologias Digitais em Cenários de Transição: múltiplos olhares para aprendizagem. **INTEGRA EAD**, Campos Grande – MS, 6 a 9 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br>. Acesso em: 23 jul. 2021.

WAJSKOP, Gisela. **Concepções de brincar entre profissionais de educação infantil: implicações para a prática institucional**. Tese (Doutorado). 233 p. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Metodologia de Ensino e Educação Comparada. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.